

Lutas dos saberes negr@s na educação artística – memória do algodão entre Brasil e Cabo Verde

Rita Rainho

Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade, Portugal

Resumo

A partir do ciclo do algodão é criada uma ficção em torno de saberes negr@s em trânsito pela geografia do tráfico atlântico de escravizad@s. Este risco de imaginar o que ficou silenciado e apenas memorizado numa semente, vingada pela união e luta dos povos, provoca uma relação entre a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, no nordeste brasileiro e o projeto Neve Insular no Madeiral, interior da ilha de São Vicente em Cabo Verde. Neste artigo pretende-se fazer uma leitura sobre práticas de educação artística, por um lado a partir de uma lente crítica sobre como os regimes de plantação e colónia atravessam os séculos e as mentes até hoje, e por outro lado uma lente que herda do feminismo a radicalidade face ao patriarcado e ao capitalismo naturalizados como dispositivos de poder e apropriação da própria vida. Em ambas as geografias o algodão e os saberes em torno dele tornam-nos permeáveis a um universo político de questionamento da história da monocultura da planta e do pensamento, abrindo espaço para fazer estremecer a tentativa de reproduzir os modos de ensinar e aprender.

Monocultura e histórias de luta

Concebi este texto no desejo de um filme, como se a partir da experiência cruzada do meu corpo-mente com outr@s entre Portugal, Brasil e Cabo Verde, se inventasse uma ficção. Não só uma ficção no sentido de que algo é imaginado com inspiração ou não nos fatos reais, mas num entendimento de que a história corresponde a um argumento assente num conflito e num posicionamento face a determinados factos escolhidos para a memória coletiva e outros apagados, invisibilizados.

Para Fanon, a cultura é a festa da imaginação produzida pela luta. (...) O mundo perde o seu carácter maldito, e estão reunidas as condições para o inevitável confronto. Só há luta, se levar, necessariamente, ao estilhaçar de velhas sedimentações culturais. Esta luta é um trabalho coletivo organizado. Pretende claramente reverter a história. (Mbembe, 2017, p. 188)

É nesses limites da luta e da imaginação que me interessa entender o ciclo da planta do algodão, frente à violência da história unívoca e naturalizada, a partir da qual se ergue toda a nossa educação e conhecimento. É com base nesta raiz epistemológica que a educação artística tem sido articulada ao longo dos tempos. A sua estrutura é erguida e fechada sobre a cultura hegemónica ocidental, de tal modo que o pensamento se fundamenta e legitima num regime de monocultura. Neste artigo o recurso à história dos saberes em torno de todo o ciclo do algodão, traz-nos esta possibilidade de: provocar um entendimento sobre a memória dos saberes negr@s ao longo da história de resistência de Cabo Verde e Brasil; refletir sobre a monocultura, numa perspetiva mais ampla e transversal: a do universo das plantas e a da cultura no âmbito da educação artística.

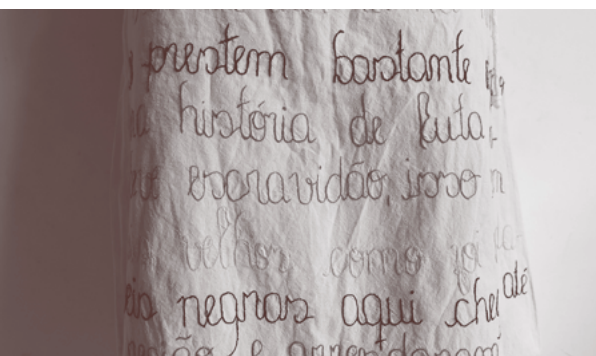
A biodiversidade foi destruída com regimes de plantação em monocultura, sendo marcada por um agro-sistema que instituiu a razão mercantilista do séc. XV e que veio a originar a visão do mundo como um mercado ilimitado, de livre concorrência e circulação hoje proclamada sob a égide de vários direitos e paz internacional eterna, mas de facto controlado pelos poderes económicos. A ideia de democracia torna-se, assim como a de liberalismo, inseparáveis desse projeto de globalização comercial, no qual a plantação e a colónia foram centrais (Mbembe, 2014).

Assim e a partir do regime da plantação, neste caso a plantação do algodão, procuro entender o papel que esta teve para os monocultivos da mente (Shiva, 2008), no sentido em que esse período funda a razão de supremacia ocidental e fortalece-a através da mercadoria de objetos e pessoas, que por sua vez contribuem para a riqueza desses impérios e do seu domínio até hoje.

Saber negr@ deslocad@ no tráfico de escravizad@s do Atlântico

Uma crioula, investigadora do tipo detetive, com espírito de artista, começou a perseguir uma semente de algodão com mais de 3000 anos e os saberes a ela ligados. Aos poucos essa semente virou muitas e os saberes cruzaram-se e desdobraram-se, tomando corpo, mas continuando a fazer parte de um pano só.

Essa semente tinha dado um pano de algodão, proveniente dessa fibra de cultivo milenar. Desse pano tinha sido feito saia e eis que a trazia vestida. A saia havia sido bordada e o bordado desenhava o seguinte texto em cores:



“Vou contar uma história, prestem bem atenção. É uma história de luta e também teve escravidão, isso contam os mais velhos como foi a fundação. Seis negras aqui chegaram até nossa região e arrendaram essas terras com fiação de algodão que vendiam lá em Flores produtos feitos à mão. Conseguiram pagar a dívida, porque tinham união e assim tiveram posse as terras de Conceição. Francisco, um escravo rebelado, com as negras fizeram uma combinação: construíram uma capela para fazer devoção e em homenagem à Santa e às seis negras do algodão nomearam as terras de Conceição.”

Como detetive que era, procurou a fonte caligráfica e encontrou a letra de Lena Oliveira, bordada pelas mãos de Valdeci Silva, artesã da comunidade quilombola de Conceição das Crioulas. Ah sim, e a fonte da informação? Essa veio de boca em boca, pelo escravo rebelado Francisco José e pelas negras sem nome. Quem publicou? a AQCC – Associação Quilombola de Conceição das Crioulas que colocou a saia à venda na sua loja na Casa da Comunidade.

Quando aí se deslocou, a investigadora não resistiu à naturalizada pergunta de quem chega ao quilombo: como se chamavam as negras? de que parte de África viriam os antepassados destas negras, de que etnia, de que cultura?

Só que desta vez a investigadora preencheu esse vazio. Imaginou que a avó das 6 negras havia partido ainda jovem, da plantação de algodão no interior do Senegal para a Casa dos Escravos da ilha de Gorée no Senegal, comprada por um tio que por sua vez estava em negócio com os portugueses. [Essa investigadora, como detetive, tinha passado lá na Casa em 2019, sentindo por breves minutos o que dias e anos foram os pés molhados nas portas de embarque para o mar ou para a morte, a humidade, a fome, o escuro, o cheiro de fezes e a claustrofobia de 2,6 metros para 20 escravizad@s.] Mas nessa Casa com nada de casa, já não havia identidades e essa negra ficou entre tantas outras mulheres escravizadas. Não ficou muito, ainda conseguiu lembrar-se de ser carregada com 25 anos de lá para

Ribeira Grande, na ilha de Santiago, Cabo Verde. Desde esse dia, perdeu a conta às noites e aos dias das gerações que viveram o terror. Junto com outros tecelões escravizados, ficou alguns anos na plantação de algodão nessa ilha, escravizad@s de casa dedicad@s também à fiação e à tecelagem.

É dess@s escravizad@s que mais tarde as filhas dessa negra foram arrancadas para o Brasil e desembarcaram no Porto de Galinhas no Recife. De lá fugidas para o território do atual quilombo de Conceição das Crioulas, plantaram as sementes de algodão que por lá encontraram, fiaram e na cidade de Flores venderam para pagar as rendas daquelas terras, até que a 1 de janeiro de 1802 conquistavam o documento que lhes reconhecia a posse das terras.



Figura 2. Casa dos Escravos, ilha de Gorée, Senegal. (Rita Rainho, 2017)

A cultura do algodão no autorreconhecimento comunitário

A história da formação do quilombo de Conceição das Crioulas (Pernambuco – Brasil), que essas negras deixam para trás, ficou silenciada pelas línguas incompreendidas, pelas bocas tapadas por máscaras de Anastácia – um objeto de tortura preso entre a língua e o maxilar, usado no tráfico de escravizad@s da África que alimentou todo o advento da ordem económica atlântica.

A máscara era usada oficialmente pelos senhores brancos para impedir que as/os africanos/as escravizados/as, durante o trabalho nas plantações, comessem cana de açúcar ou sementes de cacau, mas a sua função primária era implementar uma noção de silenciamento e medo, na medida em que a boca era lugar de mudez e de tortura. (Kilomba, 2020, p. 31)

Com a passagem ficcional – Saber negr@ deslocad@ pela violência do tráfico de escravizad@s do Atlântico – atravessei o limbo desta história mais longínqua das negras que fiavam algodão desde o interior do continente africano, tendo passado pelo entreposto das ilhas de Cabo Verde, rebeladas no interior do Brasil. Daí por diante, não fosse a rebelião e a união das seis negras e não haveria transmissão de história desde o século XIX até ao quilombo de Conceição das Crioulas de hoje, de boca em boca, esta boca comunitária que lhe contou toda essa luta.

Um dos registos da memória permanente mais importante na comunidade foi o papel desempenhado pelas mulheres, a exemplo de Agostinha Cabocla, contrariando toda e qualquer expectativa da época, indo até à cidade de Recife, capital de Pernambuco, para participar de uma audiência/reunião em que o tema era a ocupação

ilegal do território de Conceição das Crioulas. O espírito guerreiro das crioulas retrata a luta e resistência do povo quilombola, ainda que de forma desconhecida. Agostinha Cabocla, mulher quilombola, já denunciava à época os abusos dos fazendeiros para ocuparem o território de forma ilegal. (Silva, 2012, p. 59)

Agostinha Cabocla guardava um documento herdado das negras. Esse documento estaria registado no Livro do Tombo em Portugal e possuía 15 selos. Era um direito que vinha da vida, em que Agostinha Cabocla, mesmo sem saber ler nem escrever, se impunha como sujeito representativo de um direito coletivo, o do seu povo. Este foi um entre muitos momentos marcantes que determinaram um processo de autorreconhecimento da comunidade quilombola.

Até 1987 manteve-se a plantação de algodão e a sua venda em Flores, como foco de subsistência da comunidade, até que o insecto vulgarmente conhecido por barbeiro (*T. brasilienses*) destruiu toda a plantação, assim como foi transmissor da doença das Chagas.

Em 2000 é criada a Associação Quilombola de Conceição das Crioulas (AQCC) e o trabalho que integra a história, as artes, a política e a resistência da comunidade ganha consistência. Apoiada por este legado cultural e de relação com o território a AQCC, através da Comissão de Artesanato, desenvolve um trabalho com as matérias primas que a terra reconquistada oferece, como o barro, o caroá, o catolezeiro e a madeira, transformando-as através dos saberes artesanais. Esta atividade permite gerar um rendimento e além disso configura uma atividade educativa que envolve crianças, jovens e adultos.

A semente do algodão, outrora força da resistência de um povo, está protegida pela Maria em vigorosos algodoeiros no jardim de sua casa. E enquanto isso, consolida-se a produção de bordados com a história da comunidade em textos e desenhos sobre saias, blusas e sacos de pano cru, concebidos em 2000 no âmbito do projeto de extensão “Imaginário Pernambucano” numa parceria da Universidade Federal de Pernambuco com a AQCC e o Sebrae-PE. Este projeto foi desde então apropriado e gerido localmente pela própria AQCC.

O algodão acompanha o estudo da gênese da comunidade nas escolas e nos estudos superiores na comunidade. Enquanto elemento de gênese comunitária, o algodão aparece em várias teses de mestrado de lideranças comunitárias de Conceição, como é o caso de Givânia Silva, com “Educação como processo de luta política: A experiência



Figura 3. Território do quilombo de Conceição das Crioulas, Brasil. (Rita Rainho 2019)

de educação diferenciada do Território Quilombola de Conceição das Crioulas”, 2012 e Márcia Nascimento com “Por uma pedagogia crioula: memória, identidade e resistência no Quilombo de Conceição das Crioulas – PE”, 2017, realizadas no MESPT – Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais da Universidade de Brasília. Ainda como elemento de gênese comunitária é usado no texto para apresentação da história da comunidade na saia referida aqui na primeira parte, tornando-se presente na cultura local e global. Enquanto elemento visual de forte carga identitária, o algodoeiro é personagem principal no mural da Escola José Nêu de Carvalho (escola na comunidade) num projeto de educação artística com a participação de Mónica Faria, professoras e estudantes. Em Conceição das Crioulas, o algodão articula o processo de autorreconhecimento comunitário, enquanto elemento que nos remete para a origem coletiva e de resistência da comunidade de Conceição das Crioulas.

Trata-se de uma planta que carrega saberes negr@s associados a ela, sendo que impulsionou uma narrativa local que permite hoje uma educação diferenciada, vinculada aos saberes e à história da escravatura, da resistência e da luta comunitária.

Semente selvagem na história de resistência cultural

Regressando à passagem do saber cultivar e fiar algodão em Cabo Verde, permito-me agora a ligação a uma experiência nas ilhas. Comecei a conhecer Cabo Verde em 2010, no I Encontro Internacional sobre Educação Artística que organizamos no Mindelo. E já se vê a importância destes congressos, encontros e diálogos, como o recém criado Congresso Internacional “Diálogos entre Brasil e Portugal, o ensino artístico que temos e o que queremos”. Nunca tinha tocado o algodão ainda em fibra bruta, embora eu o vestisse usualmente. E embora soubesse da forte história de produção de algodão nas ilhas de Cabo Verde, nunca tinha visto a planta até 2018, quando comecei a estudar com Vanessa Monteiro os padrões da panaria tradicional cabo-verdiana para o Salão de Design do Centro Nacional de Arte, Artesanato e Design. Num dos padrões do *pano d’obra*¹ estava a figura estilizada do invólucro da flor de algodão (*capulho*). Foi aí que nos aproximamos desta planta que, segundo Sena Barcellos, se encontrava entre uma das espécies de património vegetal originário de Cabo Verde (Sena Barcellos, 1899).

Os registos reais de Portugal da produção de algodão em Cabo Verde comprovam a sua existência nas ilhas de Santiago e Fogo desde o século XV. Esta matéria prima global na segunda década do século XVI, associada à produção algodoeira, o *pano d’ terra* ganhou alto relevo na

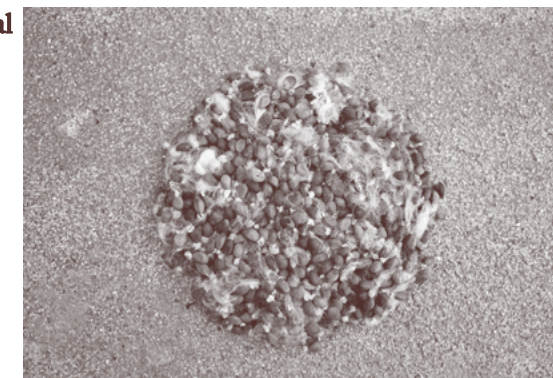


Figura 4. Recolha de sementes de algodão selvagem na ilha de São Vicente, Cabo Verde. (Neve Insular, 2018)

¹ *Pano d’obra* como já o nome indicia, é um pano de incomparável beleza e mestria técnica e complexidade. Feito de algodão e composto por bandas de cerca de 15 cm de largura, tecidas em teares rudimentares, com padrões de motivos geométricos, geralmente branco e azul do indigo.

economia (até ao século XIX) como produto de exportação. O uso do vestuário fabricado a partir do algodão vem tornar este património um produto-rei de sobeja importância comercial e simbólica.

A produção algodoeira e a panaria entram em decadência no século XVIII com grandes períodos de seca e fome no arquipélago, matando @s escravizad@s e secando as árvores de algodão². A essa falta de mão de obra ainda se soma a queda de demanda exterior devido à Revolução Industrial que, mecanizando e massificando as plantações, a fiação e a tecelagem, substitui a produção artesanal de todo o ciclo do algodão. O século seguinte é marcado pela balança dos valores humanistas que decretaram a abolição da escravatura contra a “necessidade” do trabalho escravo devido aos interesses macro-económicos e perante o acréscimo da revolta e da resistência. No entanto, se o tráfico se mantém, clandestino, o cultivo de algodão quase desaparece, assim como @s escravizad@s que detinham os saberes ancestrais deste setor têxtil.

(...) da Fajã de Baixo. Um dia saiu para a Vila com seu filho nas costas. Não tinha botado comida no corpo passava mais de uma semana. Andou, andou (...) cada vez podendo menos. Quando chegou na Assomada do Vento sentou-se para descansar. Tirou o filho das costas. O filho estava morto. Luzia não o enterrou. Ninguém viu o corpo do menino. Luzia tinha fome. Só ficaram os ossos... (Mariano, s/d, p. 97)

O clima semi-árido mantém sua agrura sobre as ilhas, sendo que no século XX as secas e as consequentes fomes deste povo se tornam dramáticas com perdas da população recenseada na ordem dos 22%. Esta morte coletiva do povo torna-se ainda mais evidente com o reafirmar do abandono da metrópole como denunciado pelos e pelas combatentes do PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde e da UPICV – União do Povo das Ilhas de Cabo Verde logo no início da segunda metade do século XX.

Com a proclamação da independência de Cabo Verde (5 de julho de 1975), entre muitos e muitas cabo-verdianos e cabo-verdianas, regressa de Portugal às ilhas um grupo de artistas licenciados em Belas Artes, Manuel Figueira, Luísa Queirós e Bela Duarte, juntando-se a mais professoras na cidade do Mindelo para uma pesquisa da arte popular no arquipélago, para que esta pudesse ressurgir do anonimato em que o regime de plantação, a escravatura e o colonialismo a colocaram.

A beleza incomparável dos panos antigos, a escassez de tecelões, que em Santiago já rareavam e que nas outras Ilhas deixaram praticamente de existir, a idade avançada e o facto de não terem transmitido os seus conhecimentos aos jovens, levou este grupo a tomar uma resolução – NÃO DEIXAR MORRER A TECELAGEM. (Figueira et al., 1983, pp. 75-76)

Com particular foco no setor têxtil, este grupo forma a Cooperativa Resistência que vem a originar o Centro Nacional de Artesanato, desenvolvendo durante mais de uma década um trabalho de investigação, de passagem de conhecimento, constituição de acervo, experimentação e criação artísticas a partir das artes populares.

(...) e revelou-me o sítio onde até hoje, nesta ilha tão seca, a planta têxtil, o algodoeiro, cresce espontaneamente como arbusto vulgar, quase rasteiro. (Figueira, 1992, p. 28)

Em Cabo Verde, como em Conceição das Crioulas, a produção de algodão ficou totalmente extinta. São Vicente não teve cultivo de algodão, porém o vento, junto com migrantes das ilhas, ter-se-ão encarregado de carregar sementes. De tal modo que, embora a ilha não seja propícia à prática agrícola (apenas 0,9% de superfície terrestre na ilha é cultivada³), nem à vegetação espontânea, vários arbustos de algodão selvagem resistem em algumas áreas mais húmidas da ilha. É a partir da recolha das sementes desses arbustos que começamos a produção de algodão agroecológico, inicialmente com o princípio de biodiversidade. Atualmente, na extensão de 2021, está a ser implementado o princípio do sistema agroflorestal no Centro Agro-ecológico do Madeiral, no interior da ilha. É nessa plantação que se enraíza o projeto “Neve Insular”, em parceria com a Associação Agro-Pecuária do Madeiral e Calhau.

Não se tem a pretensão de produzir massivamente algodão para a indústria têxtil. Partimos da importância histórica da planta do algodão no arquipélago, propondo-se uma atuação nos campos da agroecologia, da educação e do campo artístico.

Montanhas ta nu, sem vida, que falta d'ága, má selvagens e ta mostra nos kel vida que bem del, forjod na resistencia, sonh e utopia. assim, k'algodão ta vingá na ilha, ta brotá momentos de imaginação e fantasia,

(...)

Na futur no ta ten mon-memória.

Nes mon, ese memória critica de fibra é que soltá de hes regime de plantação e colonialismo, de se força de opressão de corp e mente,

(...)

Nes mon, ese memória sensível de toque é que registá es sabedoria de fibra de otes temp. Macio, suave e que, na se transformação, ta txa vra flexível e resistente, na mei de ded, pau de hes instrument que foi inventod pa transformal.

De colhé té sumiá, no ta torná começá ciclo de algodão⁴.

(Neve Insular, 2020)

³ Recenseamento Geral de Agricultura 2016 Ine.cv.

⁴ Tradução livre da autora: “As montanhas estão nuas, estéreis de vida, ávidas por água, mas selvagens e reveladoras da vida que delas brota, forjada em resistência, em sonho e utopia./ Assim, vingará o algodão na ilha, inflamando-a de cenários imaginários, ficcionais(...)./ No futuro teremos mãos-memória./ Nessas mãos, esta memória crítica da fibra que se soltou dos regimes de plantação e colonialismo, da sua força de opressão de corpos e mentes./ (...) E nelas, a memória sensível do tato que registou os saberes ancestrais de uma fibra. Macia, suave e que, em jeito transformador, se deixa flexível e resistente, entre os dedos e os paus dos rústicos instrumentos que para isso foram inventados. Da colheita à semente se regressa, retomando-se o ciclo do algodão.”

² 34 IAN/TT, Cartório Notarial n.º 7, L.º 1619, Fev. 4 – Abril 30, fls. 146v-152v, 23 de Março de 1619.

Lutas na educação artística

E por isso volto à relação histórica de Cabo Verde e do Brasil com o algodão, que nos transporta para lutas pelo território, corpo e identidade. Em ambas as geografias parece que o algodão e o pensar/fazer em torno dele podem tornar-nos permeáveis a um universo político de questionamento, dúvida e risco sobre as (im)possibilidades de se entender a nossa forma de pensar, de liderar, de consumir, de vestir e se expressar, gingando em democracia, fazendo estremecer a tentação de reproduzir os modos naturalizados de ensinar e aprender.

Não é o ato de ler e escrever simplesmente, é uma troca de saberes, uma socialização das ações práticas que se baseia na história e na vida da comunidade e se liga, por um lado, às lutas e por outro, constrói e afirma identidade e pertencimento ao território. Ao aprender com o filho a fazer o artesanato, a mãe aprende, relembra, refaz a história de seus ancestrais e, muitas vezes, no inconsciente, protagoniza a história das mulheres negras quilombolas. (Silva, 2012, p. 137)

Interessa promover conhecimento biodiverso, centrado no saber e sementes locais, bem como em laboratórios de pesquisa e experimentação intercultural e de micropolítica. Vandana Shiva, defende que os monocultivos são resultados de sociedades autoritárias que exploram e oprimem, pelo que pretendo entender a diversidade e o plantio de algodão como um regresso à terra enquanto implicação na reimaginação da história a partir de lutas que herdamos e que nos implicam no questionamento nos modos de pensar, educar e viver.

A plantação de algodão em São Vicente pretende por isso ser mais que uma plantação em agroecologia, quer-se uma área de encontro, de pesquisa, de experimentação e de vivência e prática coletiva de arte & design. Esta experimentação dá-se entre agricultores e agricultoras do vale, artesãs e artesãos, designers e arquitetos, professores e professoras, alunos e alunas, famílias e várias pessoas que procuram novos sentidos para suas práticas, para um sentido comum que se questiona e ao mesmo tempo se persegue. Pretende-se ainda entender as possibilidades de troca do Quilombo com as ilhas, no sentido da partilha do entendimento político que o pensar/fazer a partir do algodão de Conceição das Crioulas detém como força de organização comunitária para o projeto ainda frágil a esse nível nas ilhas.

Referências

- Figueira, M. (1992). Tecelagem cabo-verdiana, paixão pelos têxteis. Apontamentos de um artista plástico. *Revista Ekhos*, abril/mai/jun.
- Figueira, M. et al. (1983). Currículo das actividades do período anterior à formação da “Cooperativa Resistência” até à presente data. In *Separata de actas do colóquio sobre artesanato* (Coimbra, 8 a 11 de Novembro de 1979). Coimbra: Serviços Municipais de Cultura e Turismo de Coimbra e Instituto Português de Património Cultural.
- Kilomba, G. (2020). *Memórias da plantação – Episódios de racismo quotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Mariano, G. (s.d.). *Vida e morte de João Cabafume*. Lisboa: Vega.
- Mbembe, A. (2014). *Crítica da razão Negra*. Lisboa: Antígona.
- Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona.
- Neve Insular (2020). Montanhas ta nu. Webinar de apresentação do DIVERSIDADE, 31 Agosto 2020.
- Sena Barcellos, C. J. (1899). Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné. Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa.
- Shiva, V. (2008). *Los monocultivos de la mente (perspetivas sobre la biodiversidade y la biotecnología)*. México: Fineo.
- Silva, G. (2012). *Educação como processo de luta política: A experiência de “educação diferenciada” do Território Quilombola de Conceição das Crioulas* (tese de mestrado). MESPT, Universidade de Brasília, Brasil. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12533?mode=full>